



# RELATÓRIO ANUAL 2011

## EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

(n.º 7 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais)

## INDÍCE

1	INTRODUÇÃO.....	2
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	3
2.1	BALANÇOS .....	3
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	6
2.2.1	PROVEITOS .....	8
2.2.2	CUSTOS.....	9
2.2.3	RESULTADOS .....	11
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA .....	12
2.4	INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO ....	13
3	CONCLUSÃO.....	16

# 1 INTRODUÇÃO

O presente relatório acompanhará a prestação de contas do Município a 31/12/2011, e será **demonstrativo das tendências no sentido do cumprimento do PSF**, por força do n.º 7 do artigo 40.º da LFL.

A 12/7/2010, o Executivo Municipal apreciou e aprovou o Estudo relativo à situação financeira e respectivo Plano de Saneamento Financeiro (PSF), bem como a contracção de financiamento bancário para o efeito, que veio a obter a necessária aprovação por parte da Assembleia Municipal a 17/7/2010. O financiamento da operação, no total de 9 500 000,00 €, foi contratualizado em partes iguais à Caixa Geral de Depósitos e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Terra Fria, tendo sido obtido o necessário **visto do Tribunal de Contas a 23/08/2010**.

Saliente-se que foi apresentado ao Tribunal de Contas (pendente de visto) uma reformulação do PSF, com um pedido do reforço do empréstimo de saneamento financeiro de 1.600.000,00 Euros, em virtude do surgimento de dívidas anteriores à data de referência do PSF (30/04/2010), no valor de 1.638.941,12 Euros, que põem em causa, pelo seu valor significativo, o cumprimento dos objectivos estabelecidos.

Neste sentido, a reformulação do PSF é um facto de extrema relevância que deve ser tido em conta no presente relatório.

Porém, uma vez que, o aditamento ao PSF está pendente do visto do Tribunal de Contas assumimos para efeitos da elaboração do relatório anual as projecções económico-financeiras do PSF original.

Assim, nos pontos seguintes vai ser efectuada uma análise do grau de cumprimento do PSF.

## 2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Indicadores económico e financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e os desvios eventualmente verificados.

### 2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). No presente relatório, evidenciaremos os **valores relevantes** do Balanço Real a 31/12/2011 face ao Balanço do PSF na mesma data.

Ao nível do **Activo** verifica-se que o Município **investiu** (adjudicado a terceiros) aproximadamente 2.650.000,00 Euros, ligeiramente abaixo do previsto acumulado no PSF, no final do ano de 2011, sendo a grande maioria dos investimentos participados por fundos comunitários.

Na actual conjuntura económica e financeira do país, para cumprir o objectivo de equilíbrio financeiro, será importante realizar só investimentos participados, conforme o previsto no PSF.

Por outro lado, o **valor das disponibilidades adicionado do montante das dívidas de terceiros**, (correspondente aos valores a receber de participações financeiras), é superior em 636.405,00 Euros ao valor global de ambas as rubricas previstas no PSF.

Ao nível do **Passivo** verifica-se que as **dívidas MLP** apresentam um valor ligeiramente acima do previsto no PSF (devido a pequenos ajustamentos de alteração de taxas de juro), enquanto as **dívidas de curto prazo** (incluindo a rubrica de acréscimos de custos) estão muito acima do previsto, em consequência das dívidas surgidas após a data de referência do saneamento financeiro (30/04/2010) que devem ser imputadas ao período anterior àquela data. Naquela rubrica **acrécimos de custos**, para além dos valores normais relativos a férias e subsídio de férias dos colaboradores, estão incluídos os valores de dívidas às empresas municipais (EDEAF e Alfandegatur).

O registo da provisão de imobilização financeira, no valor de 819.941,39 Euros, corresponde à transferência da propriedade da quota na Alfandegatur, após o visto do Tribunal de Contas.

A matéria relativa à dificuldade em conseguir quer os resultados líquidos quer os meios libertos previstos no PSF, será abordada nas considerações sobre a Demonstração de Resultados. Saliente-se que todas as correcções de exercícios anteriores materialmente relevantes foram registadas por contrapartida de Resultados Transitados.

## Mapa 1

## BALANÇOS

	Previsão PSF 2010	Real 2010	Real corrigido 2010	% Desvio	Previsão PSF 2011	Real 2011	Real corrigido 2011	% Desvio	Notas
<b>ACTIVO</b>									
Imobilizado Bruto	29.235.491	33.728.673	27.430.347	-6	31.116.191	36.650.161	30.924.937	-1	
Bens de domínio público	13.080	6.431.369	133.043	917	13.080	7.455.759	1.157.433	8.749	a)
Imobilizações Incorpóreas	120.846	135.067	135.067	12	120.846	143.776	143.776	19	
Imobilizações Corpóreas	8.420.312	7.959.212	7.959.212	-5	10.301.012	10.422.219	10.995.321	7	c)
Investimentos financeiros	452.029	452.029	452.029	0	452.029	2.007.978	2.007.978	344	
Imobilizado Curso	20.229.224	18.750.996	18.750.996	-7	20.229.224	16.620.429	16.620.429	-18	
Amortizações Acumuladas	2.112.752	1.945.950	2.107.482	0	2.651.610	2.501.483	2.605.669	-2	b)
Existências	0	6.976	6.976	-	0	54.178	54.178	-	
Matérias-Primas	0	6.976	6.976	-	0	54.178	54.178	-	
Mercadorias	0	0	0	-	0	0	0	-	
Outras	0	0	0	-	0	0	0	-	
Provisões para depreciação existências	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dividas terceiros M/L prazo	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dividas terceiros curto prazo	55.283	1.967.011	1.967.011	3.458	62.204	1.636.927	1.636.927	2.532	
Clientes, Contribuintes e Utentes	55.283	69.011	69.011	25	62.204	310.604	310.604	399	
Outros	0	1.898.000	1.898.000	-	0	1.326.323	1.326.323	-	
Provisões para cobranças duvidosas	0	0	0	-	0	40.719	40.719	-	
Disponibilidades	1.624.868	421.164	421.164	-74	1.252.712	314.394	314.394	-75	
Acréscimos e Diferimentos	6.797	69.877	69.877	928	6.797	91.580	91.580	1.247	
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>28.809.686</b>	<b>34.247.751</b>	<b>27.787.892</b>	<b>-4</b>	<b>29.786.293</b>	<b>36.205.039</b>	<b>30.375.629</b>	<b>2</b>	
<b>PASSIVO</b>									
Provisões para riscos encargos	0	0	0	-	0	819.941	819.941	-	
Dividas a terceiros M/L Prazo	18.199.387	17.958.385	17.958.385	-1	17.122.164	17.266.774	17.266.774	1	
Dividas instituições crédito	18.174.449	17.933.586	17.933.586	-1	17.122.164	17.266.774	17.266.774	1	
Dividas Fornecedores Imobilizado	24.938	24.799	24.799	-1	0	0	0	-	
Outras Dívidas	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dividas a terceiros curto prazo	594.825	1.218.572	1.218.572	105	603.536	2.794.756	2.794.756	363	
Dividas instituições crédito	0	0	0	-	0	100.000	100.000	-	
Fornecedores	191.076	833.115	833.115	336	186.425	1.620.654	1.620.654	769	
Estado e outros entes públicos	46.898	41.006	41.006	-13	60.260	41.944	41.944	-30	
Outras Dívidas	356.851	344.452	344.452	-3	356.851	1.032.159	1.032.159	189	
Acréscimos custos	162.421	829.409	829.409	411	162.421	837.667	837.667	416	
Proveitos Diferidos	1.508.270	2.675.060	2.675.060	77	2.036.888	3.023.860	3.023.860	48	
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>20.464.903</b>	<b>22.681.426</b>	<b>22.681.426</b>	<b>11</b>	<b>19.925.008</b>	<b>24.743.000</b>	<b>24.743.000</b>	<b>24</b>	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>									
Património	3.998.917	10.327.244	3.998.917	0	3.998.917	10.530.694	4.048.917	1	a) c) d)
Reservas	960.697	968.672	968.672	1	960.697	1.000.000	1.000.000	4	
Resultados Transitados	2.119.005	-356.146	-326.146	-115	3.385.168	-730.009	26.543	-99	c) d)
Resultados Líquidos	1.266.163	626.554	465.023	-63	1.516.502	661.354	557.168	-63	
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>8.344.783</b>	<b>11.566.324</b>	<b>5.106.466</b>	<b>-39</b>	<b>9.861.284</b>	<b>11.462.039</b>	<b>5.632.629</b>	<b>-43</b>	
<b>TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>28.809.686</b>	<b>34.247.751</b>	<b>27.787.892</b>	<b>-4</b>	<b>29.786.293</b>	<b>36.205.039</b>	<b>30.375.629</b>	<b>2</b>	

## Notas:

a) Corrigido pela reavaliação do património efectuada no valor de 6.298.326,54 Euros até 31/12/2010 (contrapartida conta 51 - Património).

b) Foram assumidas as amortizações do PSF.

c) Em 2011 foi efectuada uma reclassificação patrimonial no valor de 202.211,94 Euros (153.450,00 Euros por contrapartida da conta 51 - Património; 48.761,94 Euros por contrapartida da conta 59 - Resultados Transitados). Foi realizada uma correcção respeitante aos abates/alienações efectuadas em 2011 não previstas no PSF, conforme mapa do activo bruto, no valor de 775.314,15 Euros (por contrapartida da conta 59 - Resultados Transitados).

d) Corrigido pela aplicação de resultados de 2009 no valor de 30.000 Euros.

## **2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Efectuaremos de seguida algumas considerações para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2011.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Mapa 2  
Demonstração de Resultados

	Previsão PSF 2010	Real 2010	Real corrigido 2010	% desv.	Previsão PSF 2011	Real 2011	Real corrigido 2011	% desv.	Notas
Vendas	163.591	225.248	225.248	38	166.879	174.548	174.548	5	
Produtos	163.591	168.748	168.748	3	166.879	169.548	169.548	2	
Mercadorias	0	56500	56.500	-	0	5.000	5.000	-	
Prestação serviços	460.506	388.655	388.655	-16	536.236	556.089	444.713	-17	d)
Outros prov. e ganhos operac.	7.709	13.373	13.373	73	7.786	13.460	13.460	73	
Var. da Produção	0	0	0	-	0	0	0	-	
Impostos e Taxas	402.037	445.994	445.994	11	442.417	692.737	692.737	57	
Transf. e Sub. Obtidos	6.166.571	6.023.631	6.023.631	-2	6.308.027	5.772.469	5.772.469	-8	
Trabalhos Própria Entidade	1.070.000	990.093	990.093	-7	1.080.700	848.514	848.514	-21	
Prov. ganhos fin.explo.	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dif.câmbio desfav.	0	0	0	-	0	0	0	-	
Descontos pp obtidos	0	0	0	-	0	0	0	-	
<b>TOTAL PROVEITOS</b>	<b>8.270.414</b>	<b>8.086.995</b>	<b>8.086.995</b>	<b>-2</b>	<b>8.542.046</b>	<b>8.057.817</b>	<b>7.946.440</b>	<b>-7</b>	
C.M.V	309.035	341.539	203.704	-34	312.125	289.036	159.630	-49	
Mercadorias	0	18.799	0	-	0	163	0	-	a)
Produtos	309.035	322.740	203.704	-34	312.125	288.873	159.630	-49	b)
Fom. Serv. Ext.	1.874.686	2.169.362	2.307.197	23	1.818.446	2.123.915	2.253.321	24	a) b)
Subcontratos	256.831	221.247	221.247	-14	249.126	244.548	244.548	-2	
Trabalhos Especializados	488.981	668.459	668.459	37	474.312	722.071	722.071	52	
Electricidade/Combustíveis	337.388	386.105	386.105	14	327.267	420.551	420.551	29	
Conservação e Reparação	57.907	64.658	64.658	12	56.170	93.513	93.513	66	
O.F.S.E	733.578	828.894	966.728	32	711.571	643.232	772.638	9	
Custos com pessoal	2.856.819	2.858.729	2.858.729	0	2.849.320	2.740.883	2.740.883	-4	
Amortizações	445.823	284.291	445.823	0	538.858	434.672	538.858	0	c)
Provisões	0	0	0	-	0	40718,98	40.719	-	
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	705.286	704.984	704.984	0	702.748	453.762	453.762	-35	
Outros custos exploração	0	20.442	20.442	-	0	92.184	92.184	-	
Cus. Perdas Fina. Explora.	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dif. câmbio desfa.	0	0	0	-	0	0	0	-	
Desc. pp concedidos	0	0	0	-	0	0	0	-	
<b>TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO</b>	<b>6.191.649</b>	<b>6.379.347</b>	<b>6.540.879</b>	<b>6</b>	<b>6.221.497</b>	<b>6.175.171</b>	<b>6.279.356</b>	<b>1</b>	
<b>RESULTADOS EXPLORA.</b>	<b>2.078.765</b>	<b>1.707.647</b>	<b>1.546.116</b>	<b>-26</b>	<b>2.320.549</b>	<b>1.882.646</b>	<b>1.667.084</b>	<b>-28</b>	
Prov. e ganhos extraor.	149.383	91.450	91.450	-39	412.083	214.009	214.009	-48	
Cust. e perdas extraord.	547.699	704.415	704.415	29	622.691	699.241	699.241	12	
<b>R. ANTES FUN. FINANC.</b>	<b>1.680.448</b>	<b>1.094.682</b>	<b>933.150</b>	<b>-44</b>	<b>2.109.941</b>	<b>1.397.414</b>	<b>1.181.852</b>	<b>-44</b>	
Prov. e ganhos finance.	89.985	1.038	1.038	-99	108.885	1.192	112.568	3	d)
Cust. e perda financ.	504.269	469.165	469.165	-7	702.324	737.252	737.252	5	
juros suportados	484.269	431.492	431.492	-11	697.324	689.025	689.025	-1	
outros	20.000	37.673	37.673	88	5.000	48.226	48.226	865	
<b>RESUL. ANTES IMPOSTOS</b>	<b>1.266.163</b>	<b>626.554</b>	<b>465.023</b>	<b>-63</b>	<b>1.516.502</b>	<b>661.354</b>	<b>557.168</b>	<b>-63</b>	
Imp. Sobre Rendimento	0	0	0	-	0	0	0	-	
<b>RESULTADOS LIQUIDOS</b>	<b>1.266.163</b>	<b>626.554</b>	<b>465.023</b>	<b>-63</b>	<b>1.516.502</b>	<b>661.354</b>	<b>557.168</b>	<b>-63</b>	

## Nota:

- a) Para efeitos comparativos com o PSF foi efectuada a transferência para Fornecimentos e Serviços Terceiros da conta 61.2.2 - CMVMC BAR (163,02 Euros).
- b) Para efeitos comparativos com o PSF foi efectuada a transferência para Fornecimentos e Serviços Terceiros da conta 61.6.5 - Material Diverso (129.242,75 Euros).
- c) Foram assumidas as amortizações do PSF.
- d) Para efeitos comparativos com o PSF foi efectuada a transferência de 111.376,50 Euros (da conta 71.3.1.3 - Concessão de Exploração), referentes às rendas do parque edício, para Proveitos Financeiros.

### 2.2.1 PROVEITOS

No que diz respeito à “**Venda de Produtos**” (água) está acima em 2% da previsão do PSF enquanto o valor registado em “**Venda de mercadorias**” não tem qualquer significado.

A rubrica “**Prestação de serviços**” está abaixo do previsto em cerca de 17% devido, essencialmente, ao aumento da taxa de resíduos sólidos urbanos ter sido inferior ao estimado no PSF.

Em relação aos proveitos merece destaque a rubrica “**Impostos e taxas**” onde se verificou uma tendência para o aumento de 57% face ao previsto no PSF.

Na rubrica “**Transferências e subsídios obtidos**”, verifica-se um valor de 8% abaixo do estimado no PSF devido, no seu essencial, à redução das transferências do Estado.

Em relação aos “**Trabalhos para a própria entidade**” apresentam um desvio negativo face ao PSF de, aproximadamente, 21%.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” apresenta um valor abaixo do previsto em cerca de 48%, devido ao facto de não ter sido efectuada a imputação de proveitos diferidos (subsídios/transferências para investimentos) conforme estava estimado no PSF (111.383 Euros). Recorde-se que estes proveitos diferidos deveriam ser transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, cujo lançamento contabilístico é feito no final de cada ano.

Por outro lado, ainda não foi obtida a receita referente à concessão da exploração solar (previsto no PSF 230.000 € no ano 2011).

Os “**Proveitos e Ganhos Financeiros**” são superiores aos do PSF (3%) devido às rendas do parque eólico obtidas (111.376,50 Euros) terem sido superiores às estimadas (85.850 Euros). Importa notar que não foi obtida a receita referente à produção solar (previsto no PSF 10.000 €) e da florestal apenas foram recebidos valores com pouco significado (previsão de 8.000 Euros).

### 2.2.2 CUSTOS

Na rubrica “**Custo dos Produtos**” verifica-se uma quebra de 49% após a correcção por transferência da conta Material Diverso para fornecimentos e serviços terceiros.

Na rubrica “**Fornecimentos e Serviços Externos**” podemos verificar um valor percentual excedente de 24% face ao previsto, tendo por base o seguinte:

- incremento dos “Trabalhos Especializados” devido à aquisição de serviços a terceiros, ao aumento das tarifas de recolha de efluentes e ao acréscimo de caudais recebidos nas Etars;
- incremento do custo suportado com electricidade e combustíveis;
- aumento do custo com serviços prestados pelas Águas de Trás-os-Montes para o fornecimento de água ao concelho;
- acréscimo da rubrica “conservação e reparação” em virtude das diversas reparações e conservações efectuadas, devido ao desgaste e antiguidade das máquinas e viaturas existente no município. Foi realizada também a reparação e conservação de edifícios públicos.

Assim, o crescimento significativo dos **preços unitários de bens e serviços** essenciais para o Município (acima das taxas de inflação prevista e real), conforme foi referido anteriormente, teve forte impacto na evolução negativa dos fornecimentos e serviços externos.

O quadro seguinte retrata a situação descrita:

**MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FE**  
**AUMENTO PREÇOS UNITÁRIOS DE 2009 A 2011**

Produto	Ano	%
Abastecimento Água	2009/2010	21,00
Recolha de Efluentes	2009/2010	21,00
Energia Eléctrica	2009/2010	2,90
Abastecimento Água	2010/2011	5,00
Recolha de Efluentes	2010/2011	5,00
Energia Eléctrica	2010/2011	3,80
Abastecimento Água	média anual	13,00
Recolha de Efluentes	média anual	13,00
Energia Eléctrica	média anual	3,35
Taxa inflação PSF		1,00
Taxa inflação real (Fonte: Banco Portugal)	2009/2010	1,40

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**” podemos verificar que estão 4% abaixo da estimativa do PSF, em particular devido às medidas previstas no Orçamento de Estado de 2011 (corte nos salários) e também à redução do número de colaboradores do Município em 2 pessoas durante o ano.

Relativamente às “**transferências e subsídios correntes**” verifica-se um valor de 35% (248.986,00 Euros) abaixo da previsão do PSF.

Importa notar a existência dos “**Outros custos de exploração**”, não previstos no PSF, no seu essencial respeitantes a programas ocupacionais subsidiados (82.359,16 Euros).

A rubrica dos “**custos extraordinários**” apresenta um valor 12% superior ao previsto, devido às transferências de capital efectuadas. Importa notar que este excesso é mais do que compensado pela quebra nas transferências e subsídios correntes. Relativamente à cobertura de prejuízos (aplicação do princípio da especialização dos exercícios) das empresas municipais, em 2011, foi considerado o montante de 369.232,95 Euros (EDEAF – 157.528,66 Euros; ALFANDEGATUR – 211.704,29 Euros) inferior ao valor estimado (544.000 Euros foi o valor estimado no PSF para o ano de 2011, relativo à EDEAF).

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” verificou-se um aumento face ao previsto (5%), decorrente do maior valor de custos com serviços bancários suportados face ao PSF.

### 2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, assistimos a uma **diminuição dos resultados operacionais** em virtude, principalmente, da diminuição das transferências e subsídios obtidos e da prestação de serviços, bem como do aumento dos fornecimentos e serviços de terceiros.

Os **resultados líquidos** ressentiram-se da já referida redução dos resultados operacionais e do comportamento negativo dos resultados extraordinários e financeiros.

### 2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3  
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 2011	Real 2011	% Desvio
<i>Recebimentos</i>			
Saldo da gerência anterior	1.624.868	421.164	-74
Total receitas Orçamentais	9.763.840	8.982.016	-8
Receitas Correntes	5.262.283	4.963.877	-6
Receitas de Capital	4.497.391	4.004.919	-11
Receitas Outras	4.166	13.220	217
Operações de Tesouraria		646.548	-
Total Geral	11.388.708	10.049.728	
<i>Pagamentos</i>			
Total despesas Orçamentais	11.388.708	9.021.450	-21
Despesa corrente	5.244.799	5.548.429	6
Despesa de Capital	6.143.908	3.473.021	-43
Operações de Tesouraria		713.884	-
Total Geral	11.388.708	10.049.728	

O valor das receitas correntes e as receitas de capital estão abaixo do estimado no PSF em virtude, nomeadamente da diminuição das transferências correntes e das transferências de capital.

Por outro lado, a despesa corrente está ligeiramente acima da previsão no PSF enquanto a de capital é muito inferior ao previsto no PSF em virtude, essencialmente do menor investimento efectuado.

## 2.4 INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos o Mapa 4 com um conjunto de indicadores económico-financeiros.

Mapa 4  
Indicadores Económicos Financeiros

		2010	2010	2010	2011	2011	2011
		PSF	Real	Real corrigido	PSF	Real	Real corrigido
FUNDO DE MANEIO	€	1.092.123	1.246.456	1.246.456	718.177	-656.957	-656.957
LIQUIDEZ GERAL	%	3	2	2	2	1	1
SOLVABILIDADE	%	41	51	23	49	46	23
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	29	34	18	33	32	19
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	103	101	102	102	93	92
P.M. PAGAMENTOS	Dias	30	115	115	30	229	229
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	30	39	39	30	148	174
CASH FLOW	€	1.711.986	910.846	910.846	2.055.360	1.136.745	1.136.745

Da análise do mapa anterior, que está influenciado pelas dívidas que deviam ter sido contabilizadas em 30/04/2010 (data de referência do saneamento financeiro), no valor aproximado de 1.600.000 Euros, podemos destacar o seguinte:

- Insuficientes rácios de liquidez geral e do fundo de maneio (não foram incluídos os acréscimos de custos);
- Prazo médio de recebimento acima do previsto;
- Cash-Flow positivo mas insuficiente face aos investimentos previstos;
- No que se refere ao prazo médio de pagamento o valor é superior ao esperado.

Porém, os valores e cálculos apresentados pela DGAL, são os descritos no quadro seguinte, e divergem dos apresentados no mapa anterior, sendo esta divergência originada pela utilização de fórmulas de cálculo diferentes das utilizadas para o apuramento dos valores apresentados no mapa 4.

<i>Prazo médio de pagamento (DGAL) - evolução</i>	31-12-2010	31-12-2011
		86 dias

## Endividamento Municipal

Data	Limite Endividamento		Endividamento - Município		Endividamento - Consolidado		Capital em Dívida Excepcionado	Excesso/Disp.		
	Líquido	MLP	Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP	
	1	2	3	4	5	6		8=1-5	9=2-6	
2010	Saneamento 31/12/2010	7.580.417,65	6.064.334,12	13.011.973,59	14.361.969,39	13.575.027,06	14.361.969,39	3.812.479,39	-5.994.609,41	-8.297.635,27
	Real 31/12/2010	7.858.733,90	6.286.987,12	13.516.970,35	14.117.287,94	13.516.970,35	14.117.287,94	3.816.346,92	-5.658.236,45	-7.830.300,82
2011	Saneamento 31/12/2011	7.886.679,64	6.309.343,71	12.745.805,41	13.746.793,48	13.017.938,88	13.746.793,48	3.375.370,46	-5.131.259,24	-7.437.449,77
	Real 31/12/2011	7.994.049,88	6.395.239,90	14.407.699,61	13.795.763,48	14.619.246,74	13.795.763,48	3.471.011,00	-6.625.196,87	-7.400.523,58
	Real 31/12/2011 (art.º 53.º OE) b)	12.951.146,71	13.334.257,86	14.407.699,61	13.795.763,48	14.619.246,74	13.795.763,48	3.471.011,00	-1.668.100,04	-4.615.055,62

**Nota:**

a) O Endividamento Líquido consolidado inclui o nível de endividamento da Associação de Municípios da Terra Quente

<sup>Transmontana</sup>

b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 alterado pela Lei n.º 60-A/2011 (valores apresentados)

Neste primeiro relatório anual, verifica-se que a diferença de 1.102.276,39 Euros entre o valor do endividamento líquido em 14.619.246,74 Euros, em 31/12/2011, e 13.516.970,35 Euros em 31/12/2010, é inferior ao valor de 1.638.941,12 Euros correspondente às dívidas surgidas após a data de referência do saneamento financeiro (30/04/2011). No mesmo sentido, constata-se que a diferença entre o excesso de endividamento líquido em 31/12/2011 e em 31/12/2010 é inferior ao valor das referidas dívidas surgidas.

Por outro lado, o empréstimo de MLP e o seu excesso, em 31/12/2011, é inferior ao previsto em 31/12/2010.

Neste sentido, existe uma **tendência favorável para o cumprimento dos objetivos do PSF, nomeadamente, no endividamento líquido e no endividamento de MLP.**

De acordo com o previsto pelo Orçamento de Estado de 2011, os limites do endividamento, em 2011, são calculados com base nos respectivos endividamentos em 31 de Dezembro de 2010 (corrigido do valor previsível de retenção de 10% do excesso de endividamento líquido).

Assim, o excesso de endividamento líquido, no valor de 6.625.196,87 Euros, verificado em 31/12/2011, converte-se num excesso de 1.668.100,04 Euros, na mesma data. Por outro lado, o excesso de endividamento de MLP no valor de 7.400.523,58 Euros converte-se num

excesso de 461.505,62 Euros naquela data. Saliente-se que este **aumento legal dos limites de endividamento e consequente redução do seu excesso é, apenas, um artifício que não vem melhorar a situação económica e financeira dos Municípios, em particular o de Alfândega da Fé, e que no ano de 2012 voltará ao método de cálculo dos limites da LFL (e respectivos excessos).**

### 3 CONCLUSÃO

O Município de Alfândega da Fé, no final de Dezembro de 2011, apresenta indicadores económico-financeiros (mapa 4) inferiores aos previstos no PSF, nomeadamente, os relativos ao fundo de maneiro e ao cash flow, devido à **redução significativa das transferências do Estado**. Com efeito, existe um cash-flow positivo mas insuficiente que condiciona, manifestamente a realização de investimentos, e ainda um **deficit de fundo de maneiro** de 656.957,49 Euros (não incluindo os acréscimos de custos), em relação ao previsto no PSF, que se poderá traduzir em dificuldades de tesouraria e num potencial aumento das despesas financeiras.

Por outro lado, o aumento do endividamento líquido em 31/12/2011 face a 31/12/2010, é o resultado da contabilização do valor aproximado de 1.638.941,12 Euros correspondente ao das dívidas que deviam ter sido consideradas na data de referência do saneamento financeiro (30/04/2010). O referido valor deverá ser financiado, na totalidade, com o recurso a um **reforço do empréstimo de saneamento financeiro** de 1.600.000,00 Euros (que já foi aprovado pela C.M e A. Municipal), permitirá, não só, **transformar aquele passivo de curto prazo, em médio e longo prazo** (tornando o fundo maneiro positivo), como também, **reajustar os objectivos do PSF**, nomeadamente, quanto à diminuição anual progressiva dos níveis de endividamento, e ainda, concretizar a principal medida que estava prevista no PSF, de venda da participação do Município na Alfandegatur.

De qualquer modo, não obstante, a alteração dos limites de endividamento (previsto no artigo 53.º do Orçamento de Estado de 2011) **que veio praticamente eliminar o excesso de endividamento líquido do Município**, o Executivo de Alfândega da Fé, está a obrigado **por legislação especial a que voluntariamente se submeteu**, a cumprir o PSF, de acordo com o que é referido no n.º 6 (**acompanhamento da execução do PSF**) do D.L. 38/2008 de 7 de Março.

Assim, de acordo com o mapa 5 verifica-se que, se tivermos em conta o valor das dívidas a imputar na data do saneamento financeiro (30/04/2010), o Município cumpriu, não só, com a redução do excesso de endividamento líquido, como também, com a redução do excesso de endividamento de MLP.

Em complemento, face às expectativas económico financeiras nacionais, europeias e mundiais sombrias, o executivo de Alfândega da Fé vai reforçar as medidas económicas e financeiras, que incluem um controle rigoroso dos investimentos (mesmo que previstos e participados), para que seja atingido, o mais breve possível, o equilíbrio das finanças municipais.